

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA**  
**Questionário de revisão**  
**Prof. Cláudio Colnago**  
[www.colnago.adv.br](http://www.colnago.adv.br)

A presente atividade tem como objetivo auxiliar no estudo e na revisão da matéria estudada na disciplina Direito Constitucional III, conforme aulas ministradas até o dia 24.09.2009.

- 1) Defina e correlacione, se possível, os conceitos de “Constituição Rígida”, “Supremacia Constitucional” e “Controle de Constitucionalidade”.
- 2) Explique em que medida os casos “Dr. Bonham”, “Stamp Act (Virginia)” e “Marbury v. Madison” influenciaram no estabelecimento do controle de constitucionalidade das leis.
- 3) Diferencie os modelos austríaco e americano de controle de constitucionalidade das leis, apontando suas justificativas, efeitos e pontos positivos e negativos.
- 4) Qual o modelo de controle de constitucionalidade (americano ou austríaco) adotado no Brasil, desde a instituição do controle até os dias de hoje?
- 5) **Considere e resolva a seguinte situação.** O Presidente da República encaminhou projeto de lei ordinária ao Congresso no intuito de estabelecer aumento de remuneração para os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, assim como para estabelecer que os Procuradores Federais também deveriam atuar como defensores de autoridades públicas processadas em ações de improbidade administrativa e ações populares. Após emenda parlamentar inserida no projeto, foi ele integralmente aprovado na Câmara e no Senado, contemplando, além do projeto original, também um aumento de remuneração para os Procuradores Federais, para os Advogados da União e para os Procuradores da Fazenda Nacional, motivado, segundo o Congresso, por razões de isonomia. O Presidente da República vetou o projeto na parte decorrente de emenda parlamentar e fez publicar a lei. Ao ser apreciado, o veto foi derrubado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e, posteriormente, também pela maioria absoluta dos Senadores, o que levou à republicação da lei, desta vez sem o veto do Presidente. Indaga-se:

Há vício de inconstitucionalidade formal no caso? Qual(is) e por quê?  
Há vício de inconstitucionalidade material? Qual(is) e por quê?

O veto do Presidente da República consistiu em controle preventivo ou repressivo? Há outras situações em que o Presidente pode exercer controle de constitucionalidade? Pode o Presidente da República se recusar ao cumprimento da norma que foi objeto da derrubada de veto? Por quê?

A derrubada do veto consistiu em controle preventivo ou repressivo de constitucionalidade? Há outros casos em que o Congresso Nacional pode exercer controle de constitucionalidade?

- 6) **Considere e resolva a seguinte situação.** A Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando realizar a proteção dos Consumidores, aprovou Lei Distrital estabelecendo que todas as Instituições Financeiras localizados em seu território deveriam oferecer serviços de atendimento ao público das 7:00 às 17:00 horas. Referida lei estabeleceu ainda que as Instituições Financeiras que não observassem a referida norma teriam imediatamente sua licença para funcionar cassada, sem direito a recurso administrativo, ficando assim impedidas de exercerem a referida atividade empresarial. Você, na condição de consultor jurídico da CONSIF (Confederação Nacional do Sistema Financeiro) recebe consulta acerca da constitucionalidade da referida lei (sob os aspectos formal e material), assim como acerca de eventuais instrumentos jurídicos para se insurgir contra as citadas normas, já que os associados não pretendem cumpri-la. Emita parecer sucinto e fundamentado em resposta à consulta recebida.

7) **Correlacione as colunas:**

Nº	Classificação	Instituto	Nº(s)
1	Controle abstrato	Procedência parcial da Ação Direta de Inconstitucionalidade.	
2	Controle concreto	Concessão de Mandado de segurança coletivo por inconstitucionalidade de lei	
3	Controle político	Veto a projeto de lei estadual, por ausência de interesse público	
4	Controle jurisdicional	Rejeição de medida provisória por falta de relevância e urgência	
5	Controle por ação	Resolução do Senado (art. 52, X)	
6	Controle por exceção	Suspensão de efeitos de Decreto que exorbita da competência regulamentar	
7	Controle principal	Rejeição de Hábeas Corpus, pelo STF, por constitucionalidade da lei.	

8	Controle incidental	Concessão de segurança pelo STF, em Mandado de Segurança impetrado por parlamentar contra proposta de emenda constitucional que viola cláusula pétrea	
9	Controle concentrado	Veto a projeto de lei federal, por inconstitucionalidade.	
10	Controle difuso	Derrubada, pela Câmara Municipal, de veto do Prefeito.	

- 8) Explique no que consiste o princípio do “processo objetivo” e a quais casos ele se aplica. Aponte, ainda, 4 conseqüências práticas de sua adoção pelo STF.
- 9) Explique e explicita quais os papéis do Advogado Geral da União e do Procurador Geral da República no processo de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- 10) Considere e resolva a seguinte situação: a Assembléia Legislativa do ES aprovou e o Governador sancionou e fez publicar a lei estadual nº 15.171 com o seguinte teor: “Art. 1º. Os estabelecimentos de Ensino que estejam devidamente credenciados para ministrarem o Ensino Fundamental, ou o Ensino Fundamental em conjunto com o Ensino Médio, **ficam desobrigados de aceitarem alunos portadores de necessidades especiais**. Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”. Logo após a publicação da lei, você é procurado pelo Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência – IBDD, entidade que conta com associados em todos os estados brasileiros, que lhe questiona acerca da constitucionalidade da norma e dos meios processuais cabíveis para afastá-la do ordenamento jurídico. Emita parecer sucinto e fundamentado acerca de quais dispositivos do bloco de constitucionalidade podem ter sido violados e os eventuais meios cabíveis de insurgência contra a norma mencionada.